



ESTADO DA PARAÍBA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

CASA DE EPITÁCIO PESSOA

GABINETE DEPUTADO FABIANO LUCENA

PROJETO DE LEI N° \$2/07

Dispõe sobre a proibição da utilização de copos e recipientes de vidro dentro de boates, casas de show e dancing-bar do Estado da Paraíba e determina outras providências

A Assembléia Legislativa decreta:

Art. 1º - Fica proibida a utilização de copos e outros recipientes de vidro na parte interna de boates, casas de shows e dancing-bar do Estado da Paraíba;

Art. 2º - A desobediência ao que determina o Art. 1º desta lei acarretará ao estabelecimento infrator a aplicação das seguintes penalidades:

 I – Notificação para corrigir a irregularidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de pagamento de multa no valor de 400 (quatrocentas) Unidades Fiscais de Referência (UFIRs);

 II – Multa cobrada em dobro e em triplo, respectivamente, no caso de primeira e segunda reincidências;

III – Interdição do estabelecimento, em caso de terceira reincidência.

Parágrafo Único – O Corpo de Bombeiros ficará responsável pela fiscalização do que prevê o art. 1º, bem como pela aplicação das penalidades previstas no Art. 2º, incisos I, II e III.

Art 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões, João Pessoa, 08 de fevereiro 2007

Fabiano Carvalho de Lucena

Deputado Estadual Vice-líder do Governo

1 98 / 3/ 307. NA 19 JUNAS EXTINONNIMINIA.

I Proglador de 104 de 103 de 103



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA CASA DE EPITÁCIO PESSOA GABINETE DEPUTADO FABIANO LUCENA

JUSTIFICATIVA

Os recipientes de vidro (copos, garrafas e outros) podem ser utilizados como armas por pessoas alcoolizadas dentro de boates, casas de shows e dancing-bar. Inúmeros registros policiais comprovam que jovens e adultos estão sendo feridos, inclusive com gravidade, por objetos de vidro, quando ocorrem brigas e badernas dentro dos estabelecimentos citados.

Autoridades, grupos de jovens e familiares de pessoas vítimas deste tipo de violência são unânimes em afirmar que os recipientes de vidro, no ambiente específico onde são consumidas bebidas alcoólicas, podem se transformar numa perigosa arma. Portanto, é importante que os usuários manuseiem apenas recipientes plásticos.

Se esta violência pode ser coibida com uma ação tão simples quanto a proposta por esta lei, nada mais natural que esta Casa Legislativa tome a iniciativa de fazê-lo, resguardando a integridade física das pessoas que freqüentam tais estabelecimentos. Diante do exposto, solicito o deferimento desta proposição.

Sala de Sessões, 08 de fevereiro de 2007

Fabiano Carvalho de Lucena

Deputado Estadual Vice-líder do Governo



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA CASA DE EPITÁCIO PESSOA

Su Jistot.

SECRETARIA LEGISLATIVA

REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LESGISLATIVA DAS MATÉRIAS SUJEITAS À APRECIAÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

Registro no Livro de Plenário, Às fls. 12 sob o nº 12/07 Em 08/02 /2007 PUGA Maio Direto da Div. de Assessoria ao Plenário	Constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 09 /02 /2007 O Magay Haio Div/de Assessoria ao Plenário Diretor
Remetido ao Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo Em, 9 / 2 /2007.	Remetido à Secretaria Legislativa No dia
Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário	Publicado no Diário do Poder Legislativo no dia / /2007
À Co missão de Constituição, Justiça e Reclação para indicação do Relator Em// 2007.	Secretaria Legislativa Secretário
	Designado como Relator o Deputado
Secretaria Legislativa Secretário	Em 13 1 02 12007
Assessoramento Legislativo Técnico	Deputado Presidente
Em//2007	Apreciado pela Comissão No dia/2007
Secretaria Legislativa Secretário	Parecer
Aprovado em () Turno Em _ 08 / 03 / 2007.	No ato de sua entrada na Assessoria de Plenário a Presente Propositura consta (

Funcionário



Comissão de Constituição, Justiça e Redação



PROJETO DE LEI nº 12/2007

Dispõe sobre a proibição da utilização de copos e recipientes de vidro dentro de boates, casas de shows e dancingbar do Estado da Paraíba e determina outras providencias.

AUTOR: Dep. FABIANO LUCENA

RELATOR: Dep. LEONARDO GADELHA

PARECER 019/07

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o Projeto de Lei nº 12/2007, de autoria do Nobre Deputado Fabiano Lucena, que Dispõe sobre a proibição da utilização de copos e recipientes de vidro dentro de boates, casas de shows e dancing-bar do Estado da Paraíba.

É o relatório

Aprovano o pariscin in unien.

presento va 12 primo extrus ormanios

practions por mani?

10 freneranio.



Comissão de Constituição, Justiça e Redação



II - VOTO DO RELATOR

Esta propositura visa proteger os consumidores dos estabelecimentos em que o Projeto relata. Os recipientes de vidro podem ser utilizados como armas por pessoas alcoolizadas. Na verdade grupos de combate à violência é unânime em afirmar que os recipientes de vidros em ambientes fechados, podem se transformar numa perigosa arma. Portanto é importante que os usuários manuseiem apenas recipientes plásticos.

Isto posto é importante esclarecer que esta proposta legislativa não fere nenhuma norma infra constitucional, a própria Carta Magna Federal em seu artigo 24 disciplina que:

Art. 24. Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao **consumidor**, a bens e direitos de valores, estético, histórico e paisagístico.

É importante esclarecer que a própria Constituição Federal dispõe ainda em seu art.170 onde trata da Ordem Econômica e Financeira, e dos Princípios Gerais da Atividade Econômica que:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

V - defesa do consumidor



Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Nestas condições, ante o exposto, o posicionamento desta relatoria é pela constitucionalidade, do Projeto de Lei nº 12/2007.

É o voto, Sala das Comissões, em 01 de março 2007.

DEP. LEONARDO GADELHA Relator



Comissão de Constituição, Justiça e Redação



III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação adota e recomenda o parecer do Senhor Relator, pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 12/2007.

É o Parecer Sala das Comissões, em 01 de, março de 2007.

PRESIDENTE

DEP. FABIANO LUCENA

MEMBRO

DEP. DINALDO WANDERLEY

MEMBRO

DEP. TROCOLLI JÚNIOR

MEMBRO

Apreciada Pela Comissão

No Dia 07 1031 2007

DEP. JOÃO HENRIQUE MEMBRO

DEP. LEONARDO GADELHA

RELATOR

DEP SEOVA CAMPOS

MEMBRO



"Casa de Epitácio Pessoa"

Oficio nº 13/2007

João Pessoa, 08 de março de 2007.

Senhor Governador,

Participo a Vossa Excelência o Autógrafo do Projeto de Lei nº 12/07 de autoria do Depuado Estadual Fabiano Lucena, que "Dispõe sobre a proibição da utilização de copos e recipientes de vidro dentro de boates, casas de show e dancing-bar no Estado da Paraíba e determina outras providências.".

ARTHUR CUNHA LIMA Presidente

Atenciosamente.

Ao Excelentíssimo Senhor **Dr. CÁSSIO CUNHA LIMA**

GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA

"Palácio da Redenção"

Praça João Pessoa, S/N – Centro

João Pessoa/PB



AUTÓGRAFO Nº 13/2007 PROJETO DE LEI Nº 12/07 AUTORIA: DO DEPUTADO FABIANO LUCENA

Dispõe sobre a proibição da utilização de copos e recipientes de vidro dentro de boates, casas de show e dancingbar no Estado da Paraíba e determina outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

- **Art. 1º** Fica proibida a utilização de copos e outros recipeientes de vidro na parte interna de boates, casas de shows e dancingbar no Estado da Paraíba.
- **Art. 2º** A desobediência ao que determina o art. 1º desta Lei acarretará ao estabelecimento infrator a aplicação das seguintes penalidades:
- I notificação para corrigir a irregularidade no prazo de 24
 (vinte quatro) horas, sob pena de pagamento de multa no valor de 400
 (quatrocentas) Unidades Ficais de Referência (UFIRs);
- II multa cobrada em dobro e em triplo, respectivamente, no caso de primeira e segunda reincidências;
- III interdição do estabelecimento, em caso de terceira reincidência.

Parágrafo único – O Corpo de Bombeiros ficará responsável pela fiscalização do que prevê o art. 1°, bem como pela aplicação das penalidades previstas no art. 2°, incisos I, II e III.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Epitácio Pessoa", João Pessoa, 08 de março de 2007.

ARTHUR CUNHA/LIMA

Presidente